



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

REQUERIMENTO Nº , DE 2011.

(Dos Srs. Reinaldo Azambuja e Duarte Nogueira)

Requerem que seja convocado o Sr. **Carlos Roberto Lupi**, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre irregularidades de pagamento do auxílio-desemprego a falsos pescadores tidos como beneficiários do seguro-defeso.

Senhor Presidente,

Requeremos a V. Exa. com base no art. 58, III, da Constituição Federal combinado com o art. 24, IV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, se digne adotar as providências necessárias no sentido de convocar o Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Sr. Carlos Roberto Lupi, para comparecer nesta Comissão com vista a prestar esclarecimentos sobre as irregularidades de pagamento do auxílio-desemprego a falsos pescadores tidos como beneficiários do seguro-defeso.

JUSTIFICAÇÃO

Segundo divulgado pelo Jornal “O Globo”, em 04/10/11, intitulada “Varredura da CGU descobriu 60,7 mil pagamentos irregulares em dois anos” conforme reportagem abaixo, os benefícios foram concedidos para mortos, empresários e aposentados de forma irregular. E, posteriormente, o referido jornal publicou outra matéria intitulada “Farra com Bolsa Pesca eleva gasto a R\$1,3 bi” em que a bolsa pesca é paga sem controle pelo governo e usada até como moeda eleitoral, como se seguem:

No dia 04/10/2011, o jornal “O Globo” publicou matéria intitulada “Varredura da CGU descobriu 60,7 mil pagamentos irregulares em dois anos”, de autoria do jornalista Fábio Fabrini, como se segue:

“Varredura da CGU descobriu 60,7 mil pagamentos irregulares em dois anos no seguro-defeso



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Fábio Fabrini (fabio.fabrini@bsb.oglobo.com.br)

BRASÍLIA - Com o orçamento turbinado e número de beneficiários cada vez maior, o seguro-defeso tem sido alvo de recorrentes fraudes. Em varredura recente, a Controladoria-Geral da União (CGU) constatou 60,7 mil pagamentos irregulares nos últimos dois anos, cuja soma alcança R\$ 91,8 milhões. Na lista de contemplados, pescadores já mortos, donos de empresas, detentores de emprego fixo, aposentados pelo INSS e até que não haviam sido aceitos em cadastro do Ministério da Pesca e da Aquicultura. O benefício é pago para os trabalhadores na época em que a atividade é proibida por conta da reprodução dos peixes.

As constatações foram possíveis a partir do cruzamento de informações de bancos de dados do próprio governo. Uma "pescaria" que, se fosse feita previamente, evitaria os golpes. Ao todo, 12,3 mil pagamentos foram liberados a trabalhadores da ativa, devidamente inscritos no Ministério do Trabalho, responsável pelos pagamentos do seguro; beneficiários do INSS, cadastrados na Previdência; sócios de empresas com registro na Receita; e mortos fichados no também oficial Sistema de Controle Óbitos (Sisobi).

Nesses casos, os prejuízos chegam a R\$ 25,2 milhões. O estado com maior percentual de irregularidades foi o Pará (29,22%), segundo maior produtor de pescado e palco, no ano passado, de operação contra fraudes na concessão do benefício envolvendo políticos e funcionários públicos. A CGU e o Ministério Público Federal apreenderam computadores e documentos em comitês dos deputados Chico da Pesca (PT), ex-superintendente da Pesca no estado, e Fernando Coimbra (PDT). Os dois são suspeitos de participar e de se beneficiar eleitoralmente do esquema. Em seguida, aparecem a Bahia (10,44%), o Maranhão (9,22) e Santa Catarina (5,33%), maior produtor nacional.

A CGU também confrontou a lista de contemplados com o Registro Geral da Atividade Pesqueira, do Ministério da Pesca. Fisgou 48,4 mil pagamentos a quem não estava registrado como pescador, teve o cadastro negado ou estava em fase de aprovação. A soma dos valores é de R\$ 66,6 milhões. Nesse caso, Pará (44%), Amapá (14%), Bahia (5,4%) e Amazonas (4,6%) são os estados mais problemáticos.

Vulnerável a fraudes, o seguro-defeso é blindado ao controle social. Isso porque o governo não divulga a base de beneficiários para consulta pública. Quando o faz a pedido, não apresenta informações suficientes para verificar a regularidade do pagamento. Após tratativas com os ministros Ideli Salvatti (que comandava a Pesca até junho e agora ocupa a Secretaria de Relações Institucionais) e Carlos Lupi (Trabalho), o titular da CGU, Jorge Hage, definiu uma série de providências para melhorar a fiscalização, entre elas a publicação do cadastro na internet. A meta é colocá-la online até dezembro. Um novo pente-fino no seguro já está em curso.

Controladoria pede novas verificações

Diante das constatações, a CGU ordenou que o Ministério do Trabalho abra tomadas de contas especiais (TCEs) para recuperar o dinheiro desviado e apurar responsabilidades. Segundo o órgão, a pasta pediu à Previdência e à Receita a implementação de novas verificações para identificar desvios. Além disso, passará a usar, além do PIS, o CPF, o nome da mãe e a data de nascimento dos beneficiários nos cruzamentos de dados.

"Tais medidas estão em andamento, com previsão de conclusão em dezembro", informou a CGU. Até lá, o órgão espera que o Ministério do Trabalho conclua o trabalho de ressarcimento. Estão abertos 26 processos administrativos, um para cada estado, para convocar supostos pescadores e avisá-los do bloqueio de benefícios. Todos têm direito à defesa.

Após a auditoria em março, o Ministério da Pesca publicou portaria cancelando registros de pessoas que não tinham direito ao seguro. Num aviso ministerial, informou que estava em implantação um novo sistema que não mais permitiria requerimento de registro de pescador artesanal com falta de informações, um procedimento comum.

Em nota, a pasta explicou nesta terça-feira que não faz nem o cadastro nem o pagamento do benefício, o que é uma responsabilidade do Trabalho. "O Ministério da Pesca e Aquicultura tem buscado coibir as fraudes na emissão do RGP (Registro Geral da Atividade Pesqueira) através do cruzamento de dados e da disponibilização da lista de inscritos na página do ministério na internet. Em 2011, só até junho, foram cancelados 87.160 registros", acrescentou."

E, ainda, em 5/10/11, o referido jornal publicou matéria intitulada "Farra com Bolsa Pesca eleva gasto a R\$1,3 bi" sendo que a bolsa pesca é paga sem controle pelo governo e usada até como moeda eleitoral de acordo com a reportagem da jornalista Alessandra Duarte com colaboração de Evandro Corrêa, especial para O Globo, como se segue:



CÂMARA DOS DEPUTADOS

“O Globo: Farra com Bolsa Pesca eleva gasto a R\$ 1,3 bi

História de pescador de R\$1,3 bi

Bolsa Pesca é paga sem controle pelo governo e usada até como moeda eleitoral

Alessandra Duarte

Um benefício que este ano consumirá R\$1,3 bilhão do Orçamento da União está sendo pago sem qualquer controle pelo governo federal. O seguro-defeso ou Bolsa Pesca - no valor de um salário mínimo, pago por quatro meses a pescadores artesanais na época da reprodução de peixes e outras espécies, quando a pesca é proibida - é alvo de dezenas de inquéritos do Ministério Público Federal nos estados devido a denúncias dos mais diversos tipos de fraudes. Há estados em que o benefício virou moeda de barganha para compra de votos em eleições.

Em artigo publicado ontem no GLOBO, o fundador da Associação Contas Abertas, Gil Castello Branco, expôs o aumento do número de benefícios concedidos pela Bolsa Pesca: em 2003, eram 113.783 favorecidos; em 2011, esse número foi para 553.172 - o que fez aumentar o gasto do governo com o benefício, que foi de R\$81,5 milhões em 2003 para R\$1,3 bilhão, mais que o dobro do orçamento do Ministério da Pesca (R\$553,3 milhões). O Bolsa Pesca é pago pelo Ministério do Trabalho.

O principal problema apontado por profissionais da área e por procuradores que investigam as irregularidades é o controle falho do governo federal. Segundo o presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores, Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, hoje o governo nem sabe quantos pescadores artesanais existem no país:

- Começaram um cadastramento no 1º mandato do governo Lula que foi muito malfeito e nem foi concluído. Havia gente que apresentava carteira até com a foto trocada. A fraude está na concessão do RGP (Registro Geral da Pesca, concedido pelas superintendências do Ministério da Pesca nos estados, e necessário para a obtenção do seguro-defeso). Em alguns estados, como Bahia, Paraíba e Pará, soubemos que usaram o seguro-defeso para pessoas se elegerem - diz. - Muita gente coloca a culpa nas colônias de pescadores, dizendo que elas não controlam a inscrição. Mas há três anos o pescador não precisa mais apresentar declaração de que é de alguma colônia.

Cruz se refere a uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que, julgando uma ação direta de inconstitucionalidade movida por pescadores, derrubou a exigência de filiação do pescador a sindicato ou a outra entidade para se registrar. Outra lacuna apontada no controle da concessão do benefício é o fato de que a lei 10.779 de 2003 reduziu de três anos para um ano o tempo mínimo que o pescador precisa ter para ter direito ao seguro.

- Outro problema é a falta de transparência. Esses dados não aparecem nos sites do governo federal - diz Gil Castello Branco, citando outras medidas que o governo poderia adotar. - O mínimo seria fazer um recadastramento dos beneficiados. Em 2008, a CGU (Controladoria Geral da União) já dizia que esses dados não eram confiáveis.

- Não tive conhecimento de aumento no número de pescadores. Esse aumento de beneficiários é falta de critérios de controle mesmo - destaca Flavio Leme, secretário-executivo do Conselho Nacional da Pesca.

Deputado teve mandato cassado

Com as falhas no controle, as irregularidades nos estados não param. No Rio Grande do Sul, o MPF investiga mais de 200 pessoas em Rio Grande e São José do Norte. Inquérito apura irregularidades também no Amazonas.

Em Santa Catarina, donos de restaurante e mercearias e até proprietários de casas de veraneio estavam sendo beneficiados e foram alvo de uma ação penal por estelionato proposta pelo procurador Darlan Airton Dias em Criciúma, em 2006. Em Tubarão (SC), o procurador Michael Gonçalves contou que abre uma nova linha de investigação para chegar às fraudes:

- Várias são as pessoas que, empregadas por anos, passam de uma hora para outra a "exercer atividade de pesca". Começamos a pedir à Justiça do Trabalho esses tipos de caso.

Outro caso ocorreu no Pará, onde o deputado estadual Paulo Sérgio Souza, o Chico da Pesca, foi cassado em agosto pelo TRE-PA por abuso de poder político e econômico (em setembro, o tribunal concedeu uma liminar permitindo que o deputado continue no cargo até o julgamento do recurso). Segundo o Ministério Público Eleitoral, Chico da Pesca - que já foi superintendente da Secretaria Federal



CÂMARA DOS DEPUTADOS

da Pesca no Pará - incluiu centenas de pessoas irregularmente no RGP em troca de votos.

Segundo o MPF no Pará, entre 2008 e 2010 o número de beneficiários do seguro-defeso no estado cresceu 1.400%. A pedido do MPF, a Polícia Federal investiga, há mais de cinco anos, a chamada "Máfia do Seguro-Defeso" na cidade de São João do Araguaia, no sudeste do Pará.

Já em Nova Ipixuna, também no Pará, em julho deste ano o MPF encaminhou à Justiça denúncia criminal contra o vereador Zacarias Rodrigues da Silva. Junto com a mulher e um pescador, ele é acusado de organizar um esquema que desviava recursos do seguro-defeso. Além deles, seis pessoas foram denunciadas por estelionato. Em troca do cadastramento o vereador solicitaria a transferência de título eleitoral, com o objetivo de angariar votos. O caso foi encaminhando ao MPE, para apuração de crime eleitoral.

O Ministério da Pesca atribui o aumento no número de beneficiários à regularização da situação dos pescadores feita nos últimos anos. "O Ministério da Pesca e Aquicultura tem buscado combater as fraudes na emissão do RGP através de investigação e cruzamento de dados. Só no ano de 2011, até o mês de junho, foram cancelados 87.160 registros. Desde janeiro deste ano e até dezembro estão suspensas as emissões de novos registros", informou por email. O ministério diz que não fez recadastramento de pescadores, mas que "constantemente acompanha e revê o Registro Geral da Pesca, através do cruzamento de dados com outros cadastros do governo federal. O MPA estuda a realização de um recadastramento geral dos pescadores em todo o país e o aprimoramento do sistema de

Registro". (COLABOROU: Evandro Corrêa, especial para O GLOBO)

A convocação que ora requeremos é fundamental para o esclarecimento dos fatos, no desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Sessões, 05 de outubro de 2011.

Deputado **DUARTE NOGUEIRA**
PSDB/SP

Deputado **REINALDO AZAMBUJA**
PSDB/MS